



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0013069-07.2010.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação**
Requerente: **M3 Comércio de Madeiras Ltda Me**
Requerido: **Rio Areia Madeiras Ltda Epp**

Proc. 1355/10

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

M3 COMERCIO DE MADEIRAS LTDA. ME, já qualificada nos autos, moveu ação declaratória de inexigibilidade de débito contra RIO AREIA MADEIRAS LTDA. – EPP, também já qualificada, alegando, em síntese, que:

a) foi notificada, em 28/05/10, do apontamento a protesto, de título sacado contra sua pessoa, pela ré, em 24/04/2010.

b) não mantém relação comercial com a suplicada, desde setembro de 2009.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Destarte, o título não tem causa lícita, muito embora tenha sido protestado em 02/06/2010.

Fazendo menção a doutrina e jurisprudência que entende aplicável à espécie, protestou por fim a autora pela procedência da ação, a fim de que seja declarada a inexigibilidade do título e cancelamento do protesto efetuado.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 22/24).

A autora efetuou o depósito em caução do valor do título.

Destarte, este Juízo a fls. 53/54, sustou os efeitos do protesto e determinou ao SERASA e SPC que não dessem publicidade a quem quer que seja, de eventual registro em seus cadastros do protesto do título objeto desta ação.

Regularmente citada, a ré contestou (fls. 126/137), alegando que vendeu à autora em 08/01/2009, várias espécies e tipos de madeiras.

O valor total da venda foi de R\$ 19.154,53.

Porém, a autora só pagou parte do preço, tendo remanescido pendente, R\$ 13.125,26.

Diz a requerida que tentou de todas as formas receber o valor pendente.

Decorrido um ano do protesto do título objeto desta ação, as partes deliberaram entrar em acordo, ocasião em que a autora admitiu pagar à ré, a quantia de R\$ 13.125,00, dividida em 03 vezes.

Outrossim, ficou acertado que a assunção do débito e o parcelamento seria formalizado em confissão de dívida.

Porém, ao receber a minuta da confissão, a autora desistiu do acordo.

Batendo-se pela legitimidade do título protestou, por fim, a ré, pela improcedência da ação.

Docs. acompanharam a contestação (fls. 140/146).

Réplica à contestação a fls. 149/152.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

A contestação, como já observado no despacho de fls. 147, é intempestiva.

De fato, a carta precatória expedida para citação da ré, foi devidamente cumprida, tendo sido juntada aos autos em 23/11/2012 (fls. 94/100), uma sexta-feira, na qual houve expediente forense normal.

Destarte, o prazo de 15 dias para contestação teve início em 26/11/2012, uma segunda-feira, data em que o expediente forense também foi normal e se encerrou em 10/12/2012, ocasião em que o expediente foi normal.

A contestação, porém, apresentada inicialmente por fax, só foi protocolada, em 14/01/2013, como se vê a fls. 102, data em que o prazo para apresentação há muito já havia transcorrido.

Portanto, dúvida não há de que a ré é revel.

A revelia, por força de lei, faz presumir verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

Destarte, o decreto de procedência da ação, a fim de que seja declarada inexigível a duplicada de R\$ 13.125,26, sacada pela ré contra a autora e via de consequência, cancelado o seu protesto (fls. 22), é medida que se impõe.

Porém, ainda que assim não fosse, o decreto de procedência seria de rigor.

Com efeito, a duplicata, como já assentado em doutrina e jurisprudência, é título eminentemente causal e necessariamente atrelado ao negócio subjacente.

Bem por isso, sua exigibilidade está sujeita à prova documental da concretização da relação fundamental.

Outrossim, não basta a exigência de um crédito para dar legitimidade ao saque da duplicata. Necessária se faz a subsunção da obrigação à regra jurídica pertinente. A propósito, veja-se julgado publicado em JTA - 127/38.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A autora alegou que não deve à ré a quantia objeto da duplicata objeto desta ação.

Destarte, o título sacado da nota inserida a fls. 140 é ilegítimo.

A ré, quando da contestação intempestiva, alegou que em 08/101/2009, vendeu à autora as mercadorias discriminadas na nota fiscal de fls. 140.

Acrescentou que não obstante entregue a mercadoria, a autora só lhe pagou parte do preço, cujo total foi de R\$ 19.154,53.

Como não houve possibilidade entendimento, sacou, em 20/04/2010, a duplicata de R\$ 13.125,26, que corresponde ao saldo devedor, considerando o valor total da venda de R\$ 19.154,53 e a encaminhou a protesto.

O título, como se vê a fls. 22, foi protestado em 02/06/2010.

As afirmativas feitas pela ré nada mais fazem do que dar conta de que a duplicata referida na inicial, não está em consonância com a legislação aplicável à espécie.

Realmente, inadmissível, por falta de fomento jurídico, a forma de que se valeu a ré para receber o que diz ser o montante do saldo devedor da autora.

Com efeito, não podendo passar sem observação que documento algum carregou a ré aos autos, comprovando o pagamento parcial do montante objeto da nota fiscal de fls. 140, do valor de R\$ 19.154,53.

Em verdade, à falta do aceite e considerando que não havia prova do pagamento parcial do saldo de R\$ 19.154,53, em absoluto poderia a ré ter sacado a duplicata objeto desta ação, mais de um ano após a efetivação da compra e tê-la encaminhado a protesto.

A duplicata é título de crédito de formação progressiva.

Logo, em havendo falta de aceite, o saque do título só seria justificável, caso houvesse prova da efetiva não só da entrega da mercadoria, mas, também do pagamento parcial, o que, in casu, não aconteceu.

A minuta da confissão de dívida inserida a fls. 141/143, em absoluto se constitui prova de assunção do débito pela autora, máxime considerando o que foi alegado a fls. 149/152 e, ainda, que foi apresentada após o ajuizamento desta ação.

De fato, data segundo se vê a fls. 143, de 29/04/2011.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Destarte, a procedência desta ação, para que seja declarada inexigível a duplicata no. 149/01, do valor de R\$ 13.125,26, é medida que se impõe, pois, não merece subsistir no mundo jurídico, duplicata irregularmente sacada.

Nada impede, entretanto, que o negócio jurídico subjacente, celebrado entre a autora e a ré, venha a ser apreciado sob outra ótica, nas vias processuais adequadas, inclusive para cobrança da quantia de R\$ 13.125,26.

Reconhecida a inexigibilidade da duplicata, o cancelamento de seu protesto, é de rigor.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente** esta ação.

Em consequência, declaro inexigível em relação à autora a duplicata no. 149/1, de R\$ 13.125,26, posto que inexistente relação jurídica que justificasse o seu saque, nos exatos termos da Lei de Duplicatas (Lei no. 5.474/68).

Reconhecida a inexigibilidade do título determino o cancelamento do protesto objeto da certidão de fls. 22.

Transitada esta em julgado, oficie-se ao Cartório de Protesto para as providências necessárias, atinentes ao protesto.

Outrossim, transitada esta em julgado libero a favor da autora, a caução por ela prestada, do valor de R\$ 13.125,26.

Condeno a ré ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor atribuído à causa.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 24 de janeiro de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760